

BADESUL

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

Assistente Técnico Administrativo

- *Língua Portuguesa*
- *Redação*
- *Matemática Financeira*
- *Legislação Aplicável*
- *Raciocínio Lógico*



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
do Instituto Legalle

Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul

BADESUL

Assistente Técnico Administrativo

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Assistente Técnico Administrativo, de acordo com o Edital nº 1, de 2026, da Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “Importante!” e “Dica”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Legalle Concursos*, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: ASSUNTO	11
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS.....	14
IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS	14
■ EFEITOS DE SENTIDO	14
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	16
■ RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO.....	20
■ INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS: PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS	21
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS.....	22
■ LÉXICO: SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES NO TEXTO	27
SINÔNIMOS.....	27
ANTÔNIMOS	27
HOMÔNIMOS	27
PARÔNIMOS.....	28
■ SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS E DE EXPRESSÕES NO TEXTO.....	29
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRA	31
■ ASPECTOS LINGUÍSTICOS: RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS	35
COORDENAÇÃO	42
SUBORDINAÇÃO.....	43
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	46
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	48
■ RELAÇÕES ENTRE FONEMAS E GRAFIAS.....	54
ORTOGRAFIA E EMPREGO DE LETRAS – SISTEMA OFICIAL VIGENTE.....	55
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	56
■ FLEXÕES E EMPREGO DE CLASSES GRAMATICAIIS	57
Pronomes Relativos.....	65
Vozes Verbais e Sua Conversão	69

EMPREGO DAS CONJUNÇÕES E DAS LOCUÇÕES CONJUNTIVAS.....	72
■ EMPREGO DO ACENTO INDICATIVO DE CRASE	73
■ PONTUAÇÃO (REGRAS E IMPLICAÇÕES DE SENTIDO)	76
REDAÇÃO	89
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO.....	89
MATEMÁTICA FINANCEIRA	117
■ TAXA DE JUROS E INFLAÇÃO	117
TAXAS DE JUROS	117
JUROS SIMPLES: CAPITALIZAÇÃO SIMPLES, REMUNERAÇÃO DE CAPITAL, CÁLCULO DO MONTANTE E PRINCIPAL.....	118
JUROS COMPOSTOS: CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA, CÁLCULO DO MONTANTE E PRINCIPAL.....	120
EQUIVALÊNCIA ENTRE TAXA NOMINAL E EFETIVA	121
Taxa de Juro Nominal.....	121
■ DESCONTO.....	124
VALOR PRESENTE DE SÉRIES UNIFORMES.....	124
Desconto Racional Simples	124
Desconto Comercial Simples	125
Taxa de Desconto Efetiva	126
Desconto Comercial Composto e Desconto Financeiro Composto.....	127
SÉRIES DE PAGAMENTOS/RECEBIMENTOS	129
TAXA INTERNA DE RETORNO.....	129
■ PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA.....	130
POPULAÇÃO E AMOSTRA	130
PROBLEMAS SIMPLES DE PROBABILIDADES	135
PRINCIPAIS GRÁFICOS ESTATÍSTICOS.....	136
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	145
■ REGULAMENTAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO: CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN Nº 2.828, DE 30 DE MARÇO DE 2001 E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.....	145

■ CIRCULAR Nº 3.978, 23 DE JANEIRO DE 2020 (LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO)	149
■ LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 - DISPÕE SOBRE A POLÍTICA E AS INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS, BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS, CRIA O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	155
■ LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	156
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 - DISPÕE SOBRE O SIGILO DAS OPERAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	176
■ RESOLUÇÃO CMN Nº 4.949, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021 - DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO RELACIONAMENTO COM CLIENTES E USUÁRIOS DE PRODUTOS E DE SERVIÇOS.....	181
■ LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 - DISPÕE SOBRE O ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS, NO ÂMBITO DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS.....	183
■ LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	210
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	223
■ ÁLGEBRA PROPOSICIONAL.....	223
VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES	223
PROPOSIÇÕES SIMPLES E CONCEITO DE PROPOSIÇÃO	223
SENTENÇAS ABERTAS, OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE SENTENÇAS ABERTAS	224
QUANTIFICADOR UNIVERSAL, QUANTIFICADOR EXISTENCIAL, NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES QUANTIFICADAS	225
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS	225
Operações Lógicas Sobre Proposições: Negação, Conjunção, Disjunção, Disjunção Exclusiva, Condicional, Bicondicional	225
CONSTRUÇÃO DE TABELAS-VERDADE	228
TAUTOLOGIAS	229
CONTRADIÇÕES	229
CONTINGÊNCIAS.....	229
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PRINCÍPIOS DE CONTAGEM	230
RACIOCÍNIO MULTIPLICATIVO.....	231
RACIOCÍNIO ADITIVO.....	231

PERMUTAÇÃO.....	231
ARRANJO	232
COMBINAÇÃO.....	233
PROBABILIDADE.....	233
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	233
DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	235
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	235
PROBLEMAS LÓGICOS.....	238
■ IMPLICAÇÃO LÓGICA	239
■ EQUIVALÊNCIA LÓGICA	240
LEIS DE MORGAN	245
■ ARGUMENTAÇÃO E DEDUÇÃO LÓGICA.....	250
■ ARGUMENTOS LÓGICOS DEDUTIVOS E ARGUMENTOS CATEGÓRICOS.....	251
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	253
■ HABILIDADES DE RACIOCÍNIO	254
ELABORAÇÃO DE ARGUMENTOS.....	255
AVALIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO.....	255
CONCLUSÕES APROPRIADAS.....	255
■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.....	256
■ PORCENTAGEM.....	259
■ OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO.....	261
■ POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO.....	268
■ PROPRIEDADES DAS OPERAÇÕES	273
NÚMEROS PRIMOS.....	273
MÚLTIPLOS E DIVISORES	273
MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.....	273
MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	275
■ PROGRESSÕES ARITMÉTICAS E PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS	276

■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS	279
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	299

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: ASSUNTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

I INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

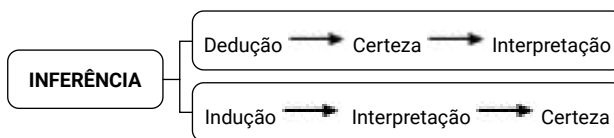
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

I A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma

REDAÇÃO

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

MATEMÁTICA FINANCEIRA

TAXA DE JUROS E INFLAÇÃO

Para estudarmos juros, é muito importante que você compreenda que o dinheiro, ao longo do tempo, muda de valor.

Assim, fica a pergunta — o que você prefere: receber R\$ 1.000 hoje ou receber esse mesmo valor daqui a um ano? Provavelmente, você vai preferir receber hoje.

Diz-se isso pois, dentre outros motivos, sabe-se que, ao longo do tempo, os preços dos produtos tendem ao crescimento. A esse processo é dado o nome de inflação. Assim, possivelmente um produto comprado hoje no valor de R\$ 1.000 estará mais caro no ano que vem. Além disso, uma vez recebido o dinheiro, mesmo que não imediatamente utilizado, ele pode ser colocado em uma aplicação financeira e gerar rendimento, ou seja, ter seu valor inicial ampliado com o passar do tempo.

Para fins de entendimento da disciplina de matemática financeira e para compreendermos como funciona o valor do dinheiro no tempo, vamos sempre pensar das seguintes maneiras: pagar à vista ou parcelar, receber agora e fazer outro investimento, manter na aplicação atual, dentre outras variações. Tudo isso será demonstrado ao longo deste material.

Seguiremos com alguns conceitos básicos

JURO

O juro, conceito basilar da matemática financeira, é definido das seguintes formas: rendimento de determinado capital, ganho sobre o capital, remuneração do capital ou, ainda, aluguel do capital.

De maneira mais simples, se tenho uma certa quantia e permito que alguém use por determinado tempo, é justo que eu receba um “aluguel” dessa pessoa. A esse “aluguel” é dado o nome de juro. Assim, o juro é, portanto, a remuneração pertinente ao uso de um **capital** por determinado **tempo**.

Além disso, existem duas maneiras principais de cobrança de juros, chamadas de “**juros simples**” e “**juros compostos**”. O juro simples, no que lhe diz respeito, restringe-se, com mais frequência, às transações de curto prazo, nas quais os valores resultantes da aplicação de juros simples, ou compostos, são muito próximos entre si.

CAPITAL

O conceito de capital está relacionado à quantia inicial que se tem ou, ainda, que se recebe. Também são definições para o mesmo conceito: valor inicial, valor aplicado, depósito inicial, valor principal etc. Na matemática financeira, o **capital** é representado pela **letra “C”**.

MONTANTE

O montante, por sua vez, é o resultado obtido a partir da aplicação de determinado capital. De outro modo, é a quantia que se recebe, ou se paga, pelo empréstimo do capital. O montante também é chamado, comumente, de **valor de resgate**, **capital + juros**, **valor final** ou **valor capitalizado**. Na matemática financeira, ele é representado pela **letra “M”**.

PERÍODO

O período, no campo matemático aqui estudado, define-se como o espaço de tempo no qual o capital ficou aplicado. Esse dado é representado por um número que pode determinar dias, meses, trimestres, anos etc. O **número de períodos** é representado pela **letra “N”** ou pela **letra “T”**, de “tempo”.

Seguem as siglas para os períodos das taxas:

- Mensal: **a.m.** (ao mês);
- Bimestral: **a.b.** (ao bimestre);
- Trimestral: **a.t.** (ao trimestre);
- Semestral: **a.s.** (ao semestre);
- Anual: **a.a.** (ao ano)

TAXAS DE JUROS

Por taxa de juros entendemos a relação entre o juro e o capital. De outro modo, essa taxa é, na realidade, o fator que determina qual é a remuneração de determinado capital em determinado espaço de tempo.

A fórmula da taxa de juros, para um período, é a seguinte:

$$i = \frac{J}{C}$$

Importante!

Aqui, utilizamos a notação i , que vem do inglês “*interest*” e significa, portanto, taxa. Mas é importante saber que a **taxa de juros** também pode ser identificada pela letra J .

A seguir, observaremos que a taxa de juros pode ser representada de duas maneiras. Além disso, perceberemos como é fácil passar de uma forma para a outra.

TAXA PERCENTUAL

Por taxa percentual entende-se a taxa de juros referente a 100 unidades de capital. É interessante notar que seu próprio nome já demonstra isso, uma vez que “percentual” significa “por cem”.

Exemplo: a inflação do ano atingiu 9% (nove por cento).

TAXA UNITÁRIA

A taxa unitária, por sua vez, refere-se a uma unidade de capital, assim como afirma, também, seu próprio nome.

Atenção! Para os cálculos de juros, montante e capital apresentados neste material, assim como

REGULAMENTAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO: CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO E RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN Nº 2.828, DE 30 DE MARÇO DE 2001 E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES

A Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, regulamenta de forma detalhada como as agências de fomento podem ser constituídas e de que maneira devem funcionar dentro do Sistema Financeiro Nacional. Ela foi pensada para organizar a atuação dessas instituições especiais, que têm como foco financiar projetos de desenvolvimento econômico e social em cada Unidade da Federação. Diferentemente de bancos comerciais, o papel das agências de fomento é muito mais voltado ao longo prazo e à promoção de investimentos estruturantes na economia local.

Essa norma se apoia na Lei 4.595 de 1964, que organiza o Sistema Financeiro Nacional, e também em outras normas posteriores que tratam de responsabilidade fiscal e desenvolvimento regional. Ao longo do tempo, diversos dispositivos da resolução foram atualizados por outras resoluções do Conselho Monetário Nacional, mas a espinha dorsal permanece a mesma: garantir que essas agências tenham um modelo de constituição claro, controle estatal bem definido e um conjunto de operações alinhadas à promoção do desenvolvimento.

Um ponto central é que as agências de fomento são instrumentos das Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) para executar políticas de crédito direcionado, dentro de programas oficiais de desenvolvimento econômico e social. A resolução define que elas financiam capital fixo e capital de giro associado a projetos, sempre vinculados a empreendimentos que ampliem ou preservem a capacidade produtiva de bens e serviços. Assim, a norma delimita com bastante rigor o campo de atuação dessas instituições.

Outro aspecto importante é a forma jurídica obrigatória: a resolução determina que as agências de fomento sejam sociedades anônimas de capital fechado, controladas pela Unidade da Federação. Além disso, há regras sobre a denominação social, a possibilidade de existir apenas uma agência por Estado ou Distrito Federal e a vedação de transformação em outro tipo de instituição financeira. Tudo isso busca garantir uma identidade institucional própria.

A resolução também organiza a forma de funcionamento: quais recursos podem ser utilizados, quais operações podem ser realizadas, quais vedações se aplicam e quais exigências prudenciais devem ser observadas. Há artigos tratando de limites de liquidez, de capital (ainda que alguns dispositivos tenham

sido revogados), de integração ao Sistema Nacional de Crédito Rural e da aplicação, às agências de fomento, de boa parte das regras gerais da Lei 4.595 de 1964. Tudo isso é muito cobrado em provas, especialmente em questões que pedem para distinguir agências de fomento de outras instituições financeiras.

I CONSTITUIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

Art. 1º Estabelecer que dependem de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o funcionamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação, cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.

§ 1º Para efeito do disposto nesta Resolução:

I - Unidades da Federação são os Estados e o Distrito Federal;

II - projetos são empreendimentos que visem à ampliação ou à manutenção da capacidade produtiva de bens e serviços, previstos em programas de desenvolvimento econômico e social da Unidade da Federação onde tenham sede.

(Parágrafo 1º com redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009).

§ 2º As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º A expressão Agência de Fomento, acrescida da indicação da Unidade da Federação controladora, deve constar obrigatoriamente da denominação social da instituição de que trata este artigo.

§ 4º A concessão, por parte do Banco Central do Brasil, de autorização para o funcionamento de agência de fomento está condicionada ao atendimento das disposições constantes do Regulamento Anexo I à Resolução nº. 2.099, de 17 de agosto de 1994, e regulamentação complementar.

§ 5º As agências de fomento integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na condição de órgãos vinculados auxiliares.

§ 6º As agências de fomento não podem ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 7º O Banco Central do Brasil autorizará a constituição de uma única agência de fomento por Unidade da Federação.

Este artigo estabelece que a constituição e o funcionamento das agências de fomento dependem de autorização do Banco Central do Brasil. Isso significa que não basta a vontade do Estado ou do Distrito Federal para criar a instituição: é necessária a análise técnica e a autorização formal do órgão regulador, exatamente como ocorre com outras instituições financeiras. A exigência de autorização reforça que as agências de fomento integram o Sistema Financeiro Nacional e, portanto, estão sujeitas à supervisão e ao controle prudencial do Banco Central.

O dispositivo também define quem pode controlar essas instituições: o controle acionário deve ser de uma Unidade da Federação, ou seja, de um Estado ou do Distrito Federal.

Outro ponto central é a forma jurídica: as agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, conforme a Lei 6.404 de 1976. O fato de serem de capital fechado

RACIOCÍNIO LÓGICO

ÁLGEBRA PROPOSICIONAL

VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade (V)**; quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso (F)**.

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES SIMPLES E CONCEITO DE PROPOSIÇÃO

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.


Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.


Podemos também esquematizar o que é uma proposição lógica:

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)